

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG

OFERTA DE DISCIPLINAS

					ANO E SEMESTRE	
					2026/2	
PROFESSOR(ES)						
Profa. Dra. Jamile Bergamaschine Mata Diz						
CÓDIGO DA DISCIPLINA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO FORMULÁRIOS NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)						
DIR871A						
TEMA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO FORMULÁRIOS NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)						
TEMAS DE DIREITO COMUNITÁRIO, INTEGRAÇÃO E EMERGÊNCIAS TECNOLÓGICAS GLOBAIS						
SUBTEMA (LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO DOCENTE)						
Direito, Geopolítica Tecnológica e Relações Eurolatino-americanas						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?						
(X) Sim () Não						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?						
(X) Sim () Não						
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA	
Quarta-feira	13h30-17h	60	4	20	REGULAR - PRESENCIAL	
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?						
() Não (X) Sim Qual: aulas, leituras e documentos poderão ser trabalhados parcialmente em inglês e espanhol						

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?	
(X) Sim () Não	
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO (UNIDADE)
Prof. Dr. Fabrício Pasquot Polido	UFMG
Profa. Dra. Mariah Brochado	UFMG
Dr Túlio Martins	UFMG/TCEMG
Profa. Dra. Liziane Paixão	CEUB
Prof Dr Paulo Roberto Cardoso	SOAMAR/UFMG

EMENTA

A disciplina tem por objetivo analisar, em perspectiva jurídico-geopolítica, a centralidade da tecnologia na reconfiguração do direito internacional, do direito da integração e das relações entre União Europeia, América Latina e Caribe. Parte-se da compreensão de que dados, inteligência artificial, plataformas digitais, infraestruturas críticas, semicondutores, conectividade, cibersegurança e cadeias tecnológicas globais deixaram de constituir apenas objetos de regulação setorial para se converterem em vetores de poder normativo, econômico, institucional e estratégico.

A disciplina examinará os principais marcos regulatórios europeus e latino-americanos aplicáveis à economia digital, incluindo proteção de dados, inteligência artificial, serviços digitais, governança de dados, cibersegurança, resiliência de produtos digitais e responsabilidade algorítmica. Serão analisadas as formas pelas quais a União Europeia projeta padrões regulatórios para além de seu mercado interno, bem como as respostas latino-americanas diante das exigências de soberania digital, autonomia estratégica, desenvolvimento tecnológico, direitos fundamentais, democracia, segurança e sustentabilidade.

O conteúdo da disciplina abrange, principalmente, os seguintes tópicos:

- i) Fundamentos jurídicos e geopolíticos da transformação tecnológica contemporânea;
- ii) Direito internacional, direito da integração, constitucionalismo digital e governança global da tecnologia;
- iii) Regulação de dados, inteligência artificial, plataformas digitais, cibersegurança e infraestruturas críticas;
- iv) Relações eurolatino-americanas, Aliança Digital UE-ALC, Global Gateway, Agenda UE-CELAC e cooperação regulatória;
- v) Efeitos extraterritoriais da regulação europeia e impactos sobre Estados, empresas, cadeias produtivas e mercados latino-americanos;
- vi) Assimetria tecnológica, dependência digital, autonomia estratégica, inovação responsável e perspectivas para uma governança tecnológica inter-regional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA DAS AULAS

Aula	Módulo	Tema central	Atividade/ênfase
1	Introdução	Direito, tecnologia e poder global	Apresentação da disciplina, objetivos, metodologia, formas de avaliação e delimitação dos conceitos de geopolítica tecnológica, relações eurolatino-americanas e emergências tecnológicas globais.

2	Módulo I Fundamentos jurídico-geopolíticos	—	Tecnologia como infraestrutura de poder	Dados, IA, plataformas, semicondutores, nuvem, cabos submarinos, 5G/6G, satélites e infraestruturas críticas como objetos de disputa jurídica, econômica e estratégica.
3	Módulo I Fundamentos jurídico-geopolíticos	—	Direito internacional, integração regional e governança tecnológica	Relação entre soberania, interdependência, normatividade transnacional, autonomia estratégica e integração regional em contextos de transformação digital.
4	Módulo I Fundamentos jurídico-geopolíticos	—	União Europeia, América Latina e Caribe no cenário tecnológico global	Agenda UE-CELAC, Aliança Digital UE-ALC, Global Gateway, Mercosul, CELAC e posicionamento latino-americano diante das disputas entre grandes potências tecnológicas.
5	Leitura orientada I		Leituras de base sobre geopolítica tecnológica, poder normativo e constitucionalismo digital	Aula reservada à leitura dirigida e debate metodológico. Textos sugeridos: Bradford; Celeste; Sassen; Deibert; Floridi; documentos UE-CELAC e EU-LAC Digital Alliance.
6	Módulo II Regulação jurídica da tecnologia e da política digital	—	Proteção de dados, circulação transfronteiriça e governança de dados	GDPR, LGPD, Data Act, Data Governance Act, adequação, transferência internacional de dados e tensões entre livre circulação, privacidade, mercado e soberania digital.
7	Módulo II Regulação jurídica da tecnologia e da política	—	Inteligência artificial, direitos fundamentais e democracia	AI Act, Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre IA, PL 2.338/2023, risco, transparência, supervisão humana, discriminação algorítmica e accountability.

8	Módulo II — Regulação jurídica da tecnologia e da política digital	Plataformas digitais, serviços digitais e esfera pública	Digital Services Act, moderação de conteúdo, publicidade política, desinformação, riscos sistêmicos, proteção de minorias e integridade democrática.
9	Módulo II — Regulação jurídica tecnologia e da política digital	Cibersegurança, resiliência digital e infraestruturas críticas	NIS2, Cyber Resilience Act, segurança de produtos digitais, cadeias de suprimento, incidentes transfronteiriços e deveres de prevenção.
10	Leitura orientada II	Leitura normativa comparada: IA, dados, plataformas e cibersegurança	Aula reservada à leitura técnica de documentos normativos da União Europeia, Brasil e Conselho da Europa, com fichamento comparado e identificação de convergências regulatórias.
11	Módulo III — Relações eurolatino-americanas e desenvolvimento tecnológico	Cooperação digital UE-ALC e Global Gateway	Infraestrutura digital segura, conectividade, inclusão, inovação, govtech, interoperabilidade, investimentos e desafios de implementação na América Latina e Caribe.
12	Módulo III — Relações eurolatino-americanas e desenvolvimento tecnológico	Cadeias tecnológicas globais, minerais críticos, energia e sustentabilidade	Tecnologias verdes, transição energética, matérias-primas críticas, semicondutores, rastreabilidade, due diligence e convergência entre agenda digital e agenda ambiental.
13	Leitura orientada III	Leituras sobre cooperação eurolatino-americana, dependência digital e desenvolvimento	Aula reservada à leitura de documentos estratégicos UE-ALC, CEPAL/eLAC e estudos sobre autonomia tecnológica, financiamento, infraestrutura e assimetria regulatória.

14	Módulo III — Relações eurolatino-americanas e desenvolvimento tecnológico	Mercosul, União Europeia e governança regulatória regional inter-	Possibilidades e limites de cooperação regulatória, harmonização normativa, cláusulas digitais em acordos comerciais, assimetria institucional e proteção de direitos fundamentais.
15	Finalização	Síntese prospectiva e seminário de encerramento	Debate final sobre cenários de governança tecnológica eurolatino-americana; apresentação de problemas de pesquisa; integração dos três módulos e orientação para o trabalho final.

- BRADFORD, Anu. Digital Empires: The Global Battle to Regulate Technology. New York: Oxford University Press, 2023.
- BRADFORD, Anu. The Brussels Effect: How the European Union Rules the World. New York: Oxford University Press, 2020.
- CELESTE, Edoardo. Digital Constitutionalism: The Role of Internet Bills of Rights. London: Routledge, 2022.
- CHANDER, Anupam. The Electronic Silk Road: How the Web Binds the World Together in Commerce. New Haven: Yale University Press, 2013.
- COHEN, Julie E. Between Truth and Power: The Legal Constructions of Informational Capitalism. New York: Oxford University Press, 2019.
- DEIBERT, Ronald J. Reset: Reclaiming the Internet for Civil Society. Toronto: House of Anansi Press, 2020.
- FLORIDI, Luciano. The Ethics of Artificial Intelligence: Principles, Challenges, and Opportunities. Oxford: Oxford University Press, 2023.
- KUNER, Christopher. Transborder Data Flows and Data Privacy Law. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- LESSIG, Lawrence. Code: Version 2.0. New York: Basic Books, 2006.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.
- MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco. Manual de Derecho de la Comunidad Europea. 4. ed. Madrid: Dijusa, 2002.
- MOLINA DEL POZO, Carlos F.; MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. Meio ambiente e União Europeia: o desenvolvimento sustentável a partir do enfoque do direito comunitário. In: MATA DIZ, Jamile Bergamaschine (org.). Nova ordem ambiental internacional e desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Arraes, 2014. p. 1-14.
- MOLINA DEL POZO, Carlos F.; MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. La distribución de competencias en el nuevo diseño de la Unión Europea: del Acta Única Europea al Tratado de Lisboa. Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, v. 43, p. 45-78, 2013.
- MOROZOV, Evgeny. The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom. New York: PublicAffairs, 2011.
- MUELLER, Milton. Networks and States: The Global Politics of Internet Governance. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- SASSEN, Saskia. Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- SRNICEK, Nick. Platform Capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017.
- ZUBOFF, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019.

BRASIL. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 2.338/2023. Dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. EU-Latin America and Caribbean Digital Alliance. Disponível em: <https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/eu-latin-america-and-caribbean-digital-alliance_en>. Acesso em: 15 jun. 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. EU-LAC Global Gateway Investment Agenda. Disponível em: <https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/eu-lac-global-gateway-investment-agenda_en>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Declaration of the EU-CELAC Summit 2023, 17-18 July 2023. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2023/07/18/declaration-of-the-eu-celac-summit-2023-17-18-july-2023/>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CONSELHO DA EUROPA. Framework Convention on Artificial Intelligence and Human Rights, Democracy and the Rule of Law. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/artificial-intelligence/the-framework-convention-on-artificial-intelligence>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CEPAL. Digital Agenda for Latin America and the Caribbean (eLAC2024). Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/projects/digital-agenda-latin-america-and-caribbean-elac2024/digital-agenda-2024>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016. General Data Protection Regulation. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2022/2065 of the European Parliament and of the Council of 19 October 2022 on a Single Market for Digital Services (Digital Services Act). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2022/2065/oj>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Directive (EU) 2022/2555 of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 on measures for a high common level of cybersecurity across the Union (NIS 2 Directive). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2022/2555/oj>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2023/2854 of the European Parliament and of the Council of 13 December 2023 on harmonised rules on fair access to and use of data (Data Act). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:L_202302854>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council of 13 June 2024 laying down harmonised rules on artificial intelligence (Artificial Intelligence Act). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2024/2847 of the European Parliament and of the Council of 23 October 2024 on horizontal cybersecurity requirements for products with digital elements (Cyber Resilience Act). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/2847/oj>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A participação dos professores convidados (externos) se dará ao longo do semestre, conforme a agenda e disponibilidade dos mesmos, podendo se realizar, conforme o recorte temático, por carga horária modular concentrada.

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada, análise de documentos normativos, debates dirigidos, estudos de caso e seminários temáticos. As três aulas de leitura previstas no cronograma destinam-se à preparação de fichamentos e à discussão crítica dos textos e documentos selecionados.

A avaliação poderá considerar: i) participação qualificada nas discussões e nas aulas de leitura; ii) apresentação de seminário individual ou em grupo; iii) entrega de trabalho final escrito, preferencialmente articulado a problema de pesquisa vinculado à regulação tecnológica, à geopolítica digital ou às relações eurolatino-americanas.

Esta disciplina é parte integrante do Projeto do Centro de Excelência Europeu Jean Monnet da UFMG intitulado World's impact of sustainability: the domain of the model of European Union and the relation with Mercosur – WISDOM II, ERASMUS-JMO-2023-HEI-TCH-RSCH, nº 101127643.